



### **EM JEITO DE CONCLUSÕES**

Reclusão, palco de reflexão e aprendizagem foi o mote que nos trouxe à reflexão dimensões da profissionalidade dos professores que trabalham em contextos prisionais.

Numa metodologia integradora de diversos olhares provenientes das Ciências da Educação, da Psicologia e de profissionais do Ministério da Justiça, ligados ao cumprimento de penas, animados por excelentes apresentações de práticas de educação e formação nos Estabelecimentos Prisionais, fizemos vinte horas de formação e mais algumas de diversão.

É à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais que cabe a dura responsabilidade de assegurar a vigilância e a segurança dos indivíduos, em situação de reclusão, que a sociedade, através do sistema judicial, entendeu punir através do cumprimento efetivo de uma pena de prisão que ocorre em situação última, após terem sido esgotadas medidas alternativas a esta. A título informativo registamos o facto de em Portugal existirem, à data, cerca de 25000 indivíduos em cumprimento de penas alternativas ao cumprimento efetivo de prisão.

Estão em cumprimento efetivo de pena cerca de 14000 indivíduos, maioritariamente homens, sendo o número de mulheres detidas cerca de 800. Relativamente aos níveis de escolaridade da população reclusa, apenas cerca de 1% tem formação superior, 54,4% não possui o 3º ciclo e 7,5% são analfabetos.

Num paradigma societal baseado na pedagogização das práticas sociais, e em que o direito à educação está consagrado na Constituição, todos os processos de mudança são baseados em lógicas de promoção e desenvolvimento de projectos de carácter educativo e formativo, no sentido de gerar predisposições capazes de alicerçar novas atitudes individuais perante os desafios, oportunidades de vida num mundo cada vez mais global, competitivo e consequentemente mais seletivo.

O paradoxo reside no facto da constatação da existência de um mesmo Estado que promove e incentiva práticas de inclusão e tem produzido um crescimento extraordinário da reclusão. E fica o alerta: quando dicotomizamos um conceito, o exercício intelectual serve para nos posicionarmos e infelizmente temos que constatar



que o aprofundamento da abordagem à problemática da inclusão tem-se intensificado com o aprofundamento da exclusão social.

É visando a reinserção social da população prisional que são desenhadas e executadas políticas voltadas para a educação dos reclusos. Daqui decorre a implementação de programas como o PIR, plano individual de readaptação, como um dispositivo-guião de execução de uma determinada pena, incorporando uma estratégia portadora de um processo potencialmente capacitante do indivíduo, em situação de reclusão, tendo em vista a sua reinserção social.

É na busca da construção de espaços educativos no contexto prisional que em 1999 o despacho conjunto nº451, dos Ministérios da Educação e Justiça, institucionaliza a figura da escola associada na prisão reforçando o caminho e garantindo a generalização da oferta escolar nos estabelecimentos prisionais. A visão subjacente ao papel da prisão em contexto democrático vai paulatinamente incorporando na função punitiva uma reconfiguração dos seus objetivos direcionando-se para a reabilitação tendo como horizonte a reinserção social daqueles que durante uma fase transitória das suas vidas, fizeram vida numa prisão.

A entrada dos professores no mundo prisional abriu um novo campo de trabalho, acarretando novas problemáticas para a atividade docente, complexificando o ato educativo, desafiando as escolas associadas a novas lógicas e palcos de intervenção. Assim nasceu a necessidade da realização de encontros formativos de professores, a nível nacional, com a intenção de fomentar a reflexividade em torno das práticas educativas decorrentes.

Ao longo das intervenções realizadas pelos conferencistas convidados a exclusão social emerge como um fator potencializador de trajetórias de vida que cruzam a reclusão. Os factores económicos estão intimamente ligados à problemática e o Doutor Luís Fernandes, alertou para o facto de numa sociedade mais esclarecida, mais informada, com mais escolaridade, a pobreza e os mecanismos de exclusão social assumirem novos contornos decorrentes de exigências do mundo contemporâneo cada vez mais dominado pela tecnociência. Emerge a necessidade de aprofundarmos o nosso quadro analítico em torno da problemática da violência estrutural e do sofrimento social decorrente da crise sociopolítica em que estamos mergulhados.



O grande desígnio da qualificação acompanhou as intervenções realizadas reforçando o papel da escola, dos professores, como mediadores, entre o mundo exterior e a prisão, para a conscientização de valores socialmente aceites e que se impõem para uma reinserção bem sucedida. O papel estratégico do projeto educativo, integrando uma caracterização aprofundada da população prisional, foi aludido como dimensão a reforçar numa ótica de compromisso entre todas as partes interessadas.

No entanto, tal como lembrou o Dr. António Pego devemos ser realistas e perceber que na situação de *crise* em que vivemos o emprego não chega para todos de tal modo que o Professor Luís Coimbra refere que os modos de vida dos desempregados começam a ser estruturantes dos modos da vida social. O professor reforçou o papel da orientação vocacional num tempo social marcado pela hegemonia da sociedade do conhecimento que exige ao cidadão que esteja sempre *empregável*. Sublinhou que a orientação vocacional não é uma questão de descoberta mas sim de construção, logo a vocação *per si* não existe. Trata-se de construir uma direção e sentido na relação com o trabalho, com a educação e a formação, sendo assim um processo de educação permanente em que o recheio é a exploração das oportunidades de escolha.

Questionaram-se as modalidades formativas e a sua pertinência como resposta às especificidades da população prisional e do mercado de trabalho.

A questão do reconhecimento dos saberes adquiridos por via da experiência foi problematizada como prática, também ela selectiva e que deve ser tida como um princípio essencial para o conhecimento. O Dr. José Pedro Amorim defendeu uma perspetiva de abordagem à temática do reconhecimento de adquiridos como um princípio antropológico e não como uma metodologia.

As apresentações de práticas educativas desenvolvidas nos Estabelecimentos Prisionais atestaram o caminho sinuoso já percorrido, a capacidade de resiliência dos professores a intervirem em contextos de grande adversidade e de realização de projectos educacionais onde fizeram valer a sua mestria para debelar ambientes paradoxais de supervisão e a fragilidade, escassez de estruturas físicas e recursos materiais.

A escola foi conquistando um lugar como parceira neste trajeto de reconfiguração do ideário do sistema prisional português.



### III ENCONTRO DE PROFESSORES em ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

#### *Reclusão, Palco de Reflexão e Aprendizagem*

Nos nossos dias a DGRSP trabalha no sentido de otimizar os planos formativos que disponibiliza, no sentido de aprofundar as sinergias e complementaridades entre a escola, os cursos de formação e as necessidades do tecido empresarial. Olhar a prisão como um *estaleiro pedagógico* exige uma grande seriedade na assunção do seu papel estratégico, partindo dos desafios do mundo de hoje e tendo como horizonte um futuro desejável para todos.

Os professores reforçaram neste Encontro o seu contributo indubitável para esta causa. Mostraram que é imprescindível, uma enorme ética profissional para ser professor nos Estabelecimentos Prisionais.

E ficou o desafio lançado pela Dr<sup>a</sup> Regina Branco: um próximo Encontro em 2015, lá para o sul, e o repto apontou para o Linhó.

Leça da Palmeira, 25 de Junho de 2012

Álvaro Mendes

Madalena Dias

Sérgio Fernandes